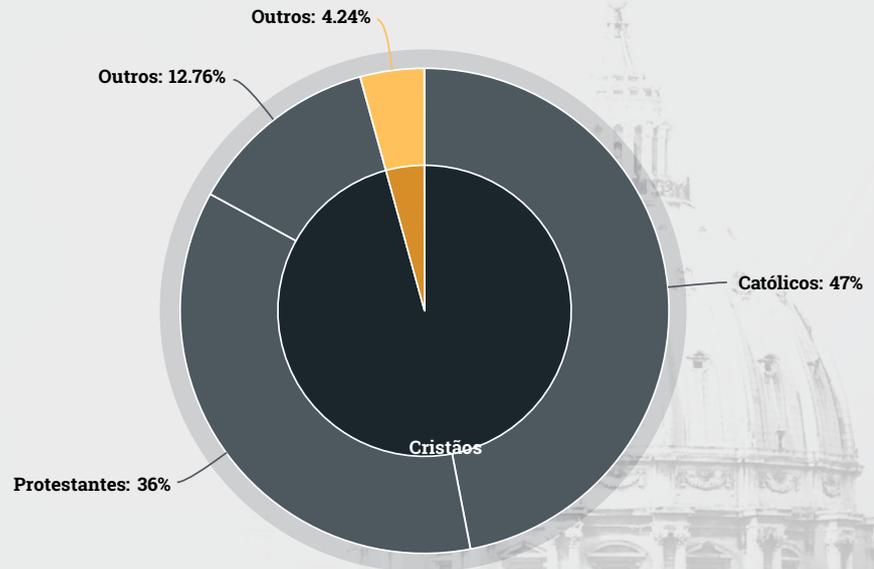


Honduras



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição garante o exercício livre de todas as religiões e crenças (artigo 77º) desde que elas não violem a lei e a ordem pública. Os ministros da religião não podem ter cargos públicos, nem podem envolver-se em propaganda política sob qualquer forma, nem citar motivos religiosos para esse fim. Apenas os leigos podem ter cargos públicos eleitos (artigos 198º e 238º).

A liberdade de associação, reunião e manifestação é garantida pela Constituição sem qualquer referência especial a associações religiosas.

O segundo parágrafo do artigo 151º afirma que a educação nacional deve ser secular e baseada nos princípios da democracia. Os direitos dos pais têm precedência na educação dos filhos (artigo 152º).^[1]

Os missionários estrangeiros podem obter autorizações de entrada e residência. Os missionários estrangeiros que usem feitiçaria ou rituais satânicos não estão autorizados no país. O Governo assinou um acordo com a Igreja de Jesus Cristo dos

Santos dos Últimos Dias e com a Igreja Adventista do Sétimo Dia para facilitar a entrada e residência de missionários destes grupos religiosos.

Há procedimentos para as igrejas obterem o reconhecimento legal. Elas podem igualmente obter o reconhecimento da sua personalidade jurídica no âmbito das leis existentes. É feita uma distinção entre Igrejas reconhecidas e organizações religiosas registradas. Para obterem personalidade jurídica e para obterem aprovação do auditor geral e a assinatura do presidente, as organizações religiosas devem candidatar-se à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Justiça, Governo e Descentralização. O registro não distingue entre organizações religiosas e não religiosas. Os grupos registrados podem pedir o estatuto de isenção fiscal ao Ministério das Finanças.

Atualmente, apenas a Igreja Católica é reconhecida perante a lei. O Governo reclassificou a Confederação Evangélica das Honduras como organização religiosa e não como Igreja. Esta designação não implica os mesmos direitos e privilégios que os que são concedidos às Igrejas, como por exemplo isenções fiscais para os salários do clero e o reconhecimento estatal dos casamentos religiosos.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Justiça, Governo e Descentralização está envolvida com as organizações religiosas no desenvolvimento de normas de registro que diferenciem entre organizações não governamentais religiosas e não religiosas, uma vez que as mesmas normas se aplicam atualmente a ambos os tipos de organização.

Cada base militar tem um capelão católico e um capelão protestante. Ambas as Igrejas estão amplamente representadas

[1] <http://www.state.gov/documents/organization/238766.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

no Governo, cujos membros são habitualmente convidados para encontros e cerimônias religiosas.^[2]

INCIDENTES

A Secretaria de Educação dispensou membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia de participar nos Sábados Cívicos, que são aulas obrigatórias disponibilizadas nas escolas públicas e privadas em alguns sábados. Mesmo assim, alguns adventistas continuam se queixando que os professores e os diretores das escolas continuam esperando que eles frequentem estas aulas de sábado, o que, segundo eles, é uma violação da sua liberdade ou religião. As mesmas acusações foram apresentadas nalgumas universidades que não disponibilizam dias alternativos para exames ou aulas.

Em fevereiro de 2015, o Arcebispo de Tegucigalpa expressou o apoio da Igreja Católica ao Plano da Aliança para a Prosperidade, que inclui a Guatemala, as Honduras e El Salvador, o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento e o Governo dos Estados Unidos. O objetivo do plano é financiar oportunidades para os jovens encontrarem trabalho nos seus países de origem e não serem forçados a emigrar.^[3]

Em julho de 2015, a Conferência Episcopal Católica das Honduras deu voz às suas preocupações com a corrupção, a violência e a fome no país. Apelou ao fortalecimento das instituições estatais, bem como a um diálogo respeitador, aberto e sincero, além de reclamar contra casos específicos de corrupção que afetam o país.^[4]

A Política Nacional de Saúde Materno-Infantil para 2008-2015 considera o uso de métodos contraceptivos como uma ferramenta positiva para gerir as taxas de fertilidade e impedir a gravidez indesejada e de alto risco. A política do Governo considera o uso destes métodos ao longo dos últimos vinte anos como desadequado e critica as crenças religiosas como uma barreira ao acesso das mulheres a eles.^[5]

A situação da Igreja Católica permite que os seus membros prestem culto de forma pacífica e participem ativamente na vida pública do país.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A legislação hondurenha ainda faz uma forte distinção entre uma Igreja reconhecida legalmente e uma organização religiosa. Na prática, as diferenças entre as duas noções implicam benefícios diferentes. As autoridades governamentais favorecem as mudanças a este respeito, mas seria desejável que se acelerasse a adoção e implementação desses progressos.

Os líderes das religiões dominantes do país exercem grande influência sobre a opinião pública, uma situação que é reforçada pelos conflitos sociais em curso. Além disso, os grupos religiosos menores podem ser sujeitos a mal-entendidos e intolerância, como demonstrado pelas expectativas dos estabelecimentos de ensino de que os alunos devem frequentar a catequese, apesar disso ir contra a sua prática religiosa. Seria desejável que se visasse a promoção de uma cultura de reconhecimento para todas as crenças religiosas.^[6]

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238766.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

[3] <https://es.zenit.org/articulos/iglesia-en-honduras-favorable-a-plan-de-desarrollo-pap/> (acessado em 8 de Março de 2016).

[4] <http://www.iglesiahn.org/images/comunicados/DIALOGOPARALAPAZSOCIAL.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

[5] <http://observatoriointernacional.com/wp-content/uploads/2014/09/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Salud-Materno-Infantil-2008-2015.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).

[6] <http://www.state.gov/documents/organization/238766.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016).